

MAINHA QUEM ME ENSINOU A DESCONFIAR DO DOUTOR: POR QUE NOMEAR OS “DE CIMA” IMPORTA PARA AS PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS?

MY MOM TAUGHT ME TO QUESTION THE DOCTOR: WHY DOES NAMING THOSE “UP” MATTER TO SOCIAL SCIENCES RESEARCH?

Resumo

Este trabalho objetiva discutir sobre a escolha metodológica de pesquisas sociais em instituições (em e com documentos) de nomear os sujeitos de pesquisa com os seus nomes reais presentes no arquivo, enquanto forma política de responsabilidade ética com a descontinuidade de processos de invisibilização, ao mesmo tempo em que esse processo convive com o não fazer colonial do procedimento de nomear os sujeitos de pesquisa “de cima”, aqueles que são narradores desses sujeitos de pesquisa invisibilizados, implicando na permanência dos narradores como sujeitos invisíveis. Por isso, o argumento central do trabalho, a partir da constatação dessa prática, é se perguntar como essa escolha – de esconder os sujeitos narradores, os “de cima” – implica na invisibilidade colonial da responsabilidade desses agentes narradores para com os que são narrados, considerando também os limites e as possibilidades imbuídas na opção de narrar os narradores. Construo minha escrita na forma de ensaio, alinhada a uma revisão bibliográfica – focada em pesquisas sociais em instituições que tenham relação com o saber-poder jurídico-psiquiátrico, pela minha familiaridade com o tema –, trazendo ainda um escrever da minha experiência, uma *escrevivência*, focada em uma elaboração contínua de perguntas, como convite a discussão de nossos pressupostos epistêmicos em pesquisas sociais.

Palavras-chave: pesquisas sociais; narração; sujeitos de pesquisa; colonialismo; invisibilização.

Abstract

This paper seeks to discuss the methodological choice of social research in institutions (on and with documents) to name the research subjects as they are identified by their real names in the archive, as a political stance of ethical responsibility with the discontinuity of processes of invisibilization, at the same time, however, this process coexists with the colonial not-doing of the same with those “from above”, those who are narrators of these invisibilized research subjects, maintaining the narrators as invisible subjects.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista do Programa de Demanda Social (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: ismael.cardoso@ufpe.br.

Therefore, the central argument of this paper, based on the observation of this practice, is to ask how this choice – to hide the narrating subjects, those “from above” – implies the colonial invisibility of the responsibility of these narrating agents towards those who are narrated, also considering the limits and possibilities imbued in the choice to narrate the narrators. I’m writing in the form of an essay, aligned with a bibliographical review – focused on social research in institutions that are related to legal-psychiatric knowledge-power – due to my familiarity with these themes, and I’m also writing from my experience, an *escrevivência*, focused on a continuous elaboration of questions, as an invitation to discuss our epistemic presuppositions in social research.

Keywords: social research; narration; research subjects; colonialism; invisibilization.

INTRODUÇÃO

Algo me incomoda. E assim digo porque acho que é importante começar com o sentir de um incômodo. Falo isso, pois lembro de Peirano (2014) nos dizendo que o ímpeto etnográfico começa num espanto, numa espécie de incômodo que reconfigura o ordinário – no sentido de normalizado –, fazendo a nossa vontade de saber ser acionada para instaurar a narração desse acontecimento.

Então, começarei narrando como estou incomodado. Eu estava lendo, por esses dias, dois artigos, um apenas de Debora Diniz (2015) e o outro de Debora Diniz com a Luciana Brito (2016) chamados: “Ela, Zefinha – o nome do abandono” e “‘Eu não sou presa de juízo, não’: Zefinha, a louca perigosa mais antiga do Brasil”, respectivamente.

O primeiro é um belíssimo artigo em que Diniz (2015) vai nos contar do importante censo que ela coordenou, em 2011, da população que sobrevive em estabelecimentos de custódia e tratamento psiquiátrico no Brasil, os conhecidos manicômios judiciários. Vale dizer que esse censo continua sendo o único registro qualiquantitativo que procura explorar tão detalhadamente o tema até a data de hoje.

Dentro desse censo, Diniz (2015, p. 2) se deparou com “[...] dezoito indivíduos internados há mais tempo que os trinta anos imaginados como justo castigo de restrição de liberdade pela suprema corte brasileira aos indivíduos com crime de loucura”. Diante dessa situação, ela irá perguntar: “como não há prisão perpétua no Brasil, a inquietação é se haveria internação psiquiátrico-prisional permanente para os loucos infratores”. O que se confirma na existência dos 18 internados há mais de 30 anos que o censo traz à tona.

Porém, no universo dos 18 indivíduos internados para além do tempo legal, havia uma mulher que estava há mais tempo internada que qualquer outro, o nome dela é Zefinha (Josefa da Silva). É dando conta da existência de Zefinha que o argumento do artigo, então, é estabelecido: o anonimato de pesquisas so-

ciais deve ser relativizado quando há um “dever ético da pesquisadora” em “nomear os sujeitos” (Diniz, 2015).

Já no segundo artigo, Diniz e Brito (2016) vão analisar como o arquivo (o laudo, o dossiê, o processo judicial, as entrevistas e as fotografias) narra – a partir da anormalidade, do perigo e do abandono – Zefinha, construindo a sua loucura e dando as razões para que ela seja enclausurada no manicômio judiciário por tanto tempo (para além dos 30 anos estabelecido em lei). É um complemento ao primeiro, na medida em que conta Zefinha, enquanto o primeiro conta a respeito das opções metodológicas de pesquisa que envolvem o “dar nome” a Zefinha e os embates gerados por essa opção com as resoluções de ética de pesquisa e as instâncias avaliadoras que as fazem, em que a chave do anonimato é central nas pesquisas realizadas com a participação de seres humanos.

Mas onde está meu incômodo? Ao ler esses dois artigos, eu não deixei de pensar na escolha de nomear Zefinha e as implicações que isso possui. Calma, não acho que nomear Zefinha seja um problema em si. Um conhecimento científico corporificado e comprometido com trazer a tona os invisibilizados pelo poder jurídico-psiquiátrico age por uma ética da vida e por uma objetividade científica (Haraway, 2009), para além da mera sobrevivência que o manicômio judiciário não consegue, a partir da resistência de Zefinha e outras, mitigar.

Por isso que não será o foco da escrita deste texto essas questões mais normativas do fazer das pesquisas: o que a comissão de ética das universidades pensa e como constroem seus regulamentos são questões importantes, mas que não receberão atenção mais detida aqui, pois o ângulo que quero perceber é aquele oblíquo na relação entre o fazer de quem pesquisa com quem é pesquisado.

Sendo assim, o que me incomodou durante a leitura dos artigos de Diniz, longe de ser a nomeação dos invisibilizados, é a presença de um silêncio que não nomeia os narradores de Zefinha. Quem são os juízes, os psiquiatras, os guardas, os chefes? Os sujeitos que, narrados pelo poder jurídico-psiquiátrico, podem exercer o poder de narrar os Outros. Diniz (2015) diz que escrever o artigo nomeando Zefinha é retirar o peso da estatística que nos apresenta uma massa amorfa, desconstituída de diferença: a sujeição do número, frente a vida do sujeito.

2 São figuras que aparecem em ambos os artigos, mas desligados de uma exploração da identidade desses sujeitos narradores. Apenas há a menção aos efeitos do poder que exercem e os cargos que ocupam, descontextualizados de uma perfilação (uma feitura do perfil) desses sujeitos, que seria importante para traçar as relações com a tão bem construída – ainda que fragmentária – figura de Zefinha.

Concordo e pergunto: é o poder – essa massa amorfa – e o arquivo que, despersonalizados, desconstituídos, metafísicos dizem de Zefinha? Ou é a posição da pesquisadora, o querer-fazer e a vontade de saber da pesquisadora que instaura a capacidade narrativa do arquivo? E identifica – no que quer dizer quem é Zefinha – “o registro cru produzido pela burocracia do Estado, e os achados de pesquisa, o que as pesquisadoras fazem ao cozinhar a informação?” (Diniz, 2015, p. 4).

Por que só cozinhar a informação que diz o nome de Zefinha? Só Zefinha tem identidade? Por que não dizer quem também exerce esse poder nomeador? E, assim fazendo, apontar as cruzeiras das categorias criadas por eles e do que se é, quando se diz um outro marginalizado? Quem escreve o laudo também não cozinha a informação e a analisa? Só a sua produção – o resultado arquivístico materializado – que importa? Ou quem narra – o sujeito de enunciação discursiva – também importa para análise?

É tomando essas inquietações frente a quem escolhemos nomear em nossas produções que se estabelece o objetivo deste texto. Argumento em um primeiro momento, a partir de um marco teórico interdisciplinar (pós-estruturalista, contracolonial e literário brasileiro), como esconder os sujeitos que exercem o poder – focando no saber-poder jurídico-psiquiátrico pelas alianças de pesquisa que estabeleci e estabeleço na minha trajetória enquanto pesquisador – sobre o manto da invisibilidade, impede que entendamos a responsabilidade desses agentes diante dos que são narrados. E em um segundo momento, nas considerações finais, tento estabelecer certos limites metodológicos que surgem da opção de narrar os narradores.

Todo o texto é escrito numa forma ensaística, com uma espécie de revisão bibliográfica atrelada a um escrever da experiência, uma *escrevivência* (Evaristo, 2006), visto que o interesse maior está em uma criação contínua de hipóteses e perguntas, e não em uma consolidação de argumentos fechados em si mesmos, mas mais na tentativa de fazer um convite a discussão e ao debate de nossos pressupostos epistêmicos e metodológicos em pesquisas sociais.

NÓS X ELES

Era uma vez um homem negro. Que sentado com seu cigarro na mão, ouviu e viu chegar um pesquisador. Que ao se identificar, perguntava: como é ser o que se é? O homem negro deu uma resposta não ouvida por ninguém além do pesquisador ali. O pesquisador se surpreendeu com a resposta que o homem deu, não pelo brilhantismo da resposta, mas por ter sido uma resposta ainda

assim. Admirado, repetia para si mesmo e para o homem negro: quem diria? Deixando-o ali, foi até os pátios da universidade a que era vinculado e saiu anunciando nos eventos que encontrou pelo caminho, que: sim, havia encontrado um homem negro que não só falava, mas sabia dar respostas.

Toda a comunidade acadêmica, da área do pesquisador e de áreas afins, surpreendida com os relatos de pesquisa que ouviam, reuniram alguns dos seus e foram ter com o homem negro que do lugar do primeiro encontro de pesquisa, não saía. Colocando-o em uma gaiola – com espaço para ir e vir, se alimentar, ainda que cerceado – ali mesmo onde estava sentado com seu cigarro na mão, anunciaram: “Sebastião – o negro que sabe dar respostas”. O pesquisador pioneiro escreveu um artigo etnográfico dessas experiências e nunca mais o viu.

Começo com essa fábula, pois conforme Hurston (2019, p. 5), “[...] um Negro escolarizado [no nosso caso, um Negro que sabe dar respostas] ainda não é uma pessoa como qualquer outra, mas apenas um problema mais ou menos interessante”. Começo assim porque essa maneira de articular a experiência de um sujeito diferente de si mesmo enquanto “um problema mais ou menos interessante”, dentro da academia, persiste ao mesmo tempo que deixa subjacente, nessa forma de pensar apontada por Hurston, uma espécie de ignorância³.

É nessa forma de ignorância racial que descrevo – muito bem prestigiada –, que o fazer colonial acadêmico se assenta, o sujeito negro (aqui falo negro como significante do lugar de opressão no sistema capitalista, lugar que força a sua habitação globalmente, no que definirá Mbembe (2018) como *devir negro do mundo*) é visto como objeto de pesquisa, ou quando o pesquisador está se sentindo generoso, concede a alcunha de sujeito de pesquisa ao negro (ou a forma mais polida na ideia de interlocutor) e até o nomeia. De toda forma, nessas alcunhas, a outrificação – o processo de tornar outro –, permanece⁴.

Dentro desses processos de ignorância e outrificação, há um movimento de inversão e de resistência por parte do sujeito pesquisado, na medida em que:

3 Reconheço que há avanços, principalmente com a inserção de pessoas negras e indígenas de baixa renda na universidade por meio da política de cotas – conquista importante das articulações de luta dos movimentos negros brasileiros – que começam a fazer perguntas e suspeitar das categorias estabelecidas e cristalizadas advindas da experiência colonizadora e totalizante do homem branco – perfil estereótipo do que significa ser pesquisador ainda no Brasil, no entanto, apesar desse movimento de suspeita e desconstrução, ainda sobrevive uma espécie de ignorância, que é “O que eu quero definir, então, é a ideia de uma ignorância, um não conhecimento, que não é contingente, mas no qual a raça – racismo branco e/ou dominação racial e suas ramificações – desempenha um papel causal crucial” (Mills, 2018, p. 8).

4 Sebastião, mesmo sendo o único a ter um nome, a ser nomeado pelo outro que o pesquisa, ainda é colocado dentro da gaiola epistêmica e empírica, de toda forma, mesmo no fazer que se pressupõe mais humanizado do fazer da ciência, a diferença – não no sentido de diversidade, mas de diferenciação (Brah, 2006), ainda fala mais alto, implicando numa diferenciação entre pesquisador e pesquisado, esse é o processo que chamo de outrificação.

Frequentemente, por sua própria sobrevivência, negros têm sido forçados a se tornar antropólogos leigos, estudando a cultura, os costumes e a mentalidade estranha da ‘tribo branca’ que tem tanto poder assustador sobre eles que, em certas épocas, podem até determinar sua vida ou morte por um capricho (Mills, 2018, p. 6).

E é por esse motivo: a ignorância de não se pensar diferença da branquitude, que questiono a perspectiva que se avizinha nessa forma de escrita do Outro de pesquisa e que comecei anunciando-a como o processo gerador da minha escrita neste texto numa prospecção positiva, falo do espanto/incômodo/estranhamento como ativador desse querer-fazer⁵ e dessa vontade de saber nas ciências sociais, principalmente na antropologia, mas não exclusivamente.

Primeiro, é importante fazer a crítica dessa prospecção, visto que guarda, em si, essa relação com a ignorância branca. E, em segundo lugar, é necessária a crítica porque o processo de incômodo que ativa a vontade de saber – nesse caso, o saber etnográfico de pesquisas sociais em instituições (em e com documentos), como as desenvolvidas por Diniz (2015) e Diniz; Brito (2016), mas não só – está, dentro do conhecimento das ciências sociais, impregnado de um fazer colonial, na medida em que ainda liga o espanto/incômodo/estranhamento enquanto elemento de gatilho de uma disposição exotizante, etnocêntrica, dominadora e opressiva⁶ (Oliveira, 2013).

Defendo que esses são os processos – ignorância branca e espanto exotizante que produz outrificação – que estão por trás das escolhas metodológicas das pesquisas sociais em instituições (em e com documentos) que não desvelam também a nomeação dos sujeitos da branquitude que articulam o poder dentro dessas instituições e assinam, sob o véu transparente do poder burocrático, laudos e peças que dizem quem são os Outros.

E POR QUE ISSO IMPORTA?

Importa porque é preciso saber como julga o juiz da peça processual que se encontra balizando, tornando realidade, na medida em que torna legítimo o

5 Esse processo, ao invés de ser interpretado (tomado) enquanto um momento singular de contato e experiência, é identificado como modo de vida (ou seja, cada espaço da vida social, cada indivíduo, fazendo a coisa mais cotidiana, se torna tela para as pinceladas exotizantes da vontade etnográfica de pesquisadores), por isso, quem pesquisa é instado a estar sempre participando dessa vontade de contato e experiência, como se vivesse em um terror do espantar-se que dita um destino colonizador que nunca se escapa, ou seja, resguarda em si, esse processo de espanto e contato – quando tomado como destino do ser pesquisador, uma aceção ignorante e marcada pelo colonialismo e seus fazeres opressores, visto que se quer eterno, unilateral, totalizante e inescapável.

6 Como deixa claro Oliveira (2013, p. 53), ao afirmar que “O vínculo que reúne o investigador e as pessoas das quais se ocupa é, com frequência, ainda descrito [no fazer de pesquisa] de maneira unilateral e estereotipada, como parte de uma narrativa exotizante”.

discurso psiquiátrico de que Zefinha é uma louca perigosa. Se mais de um juiz narrou a vida de Zefinha, então cabe fazer um perfil desse juiz que incorpore as noções de todos os que assim alinhavaram suas performances identitárias⁷ ao redor da trama da vida de Zefinha, ou seja, é preciso nomear quem a nomeia, para não parecer que “a autoridade psiquiátrica-penal” desqualificada de identidade é a boca sem corpo pela qual diz a identidade alheia. Isso vale também para o “guardião do dossiê [que] é o diretor do hospital” e para a intersecção da escrita operada pelos “poderes policiais, judiciais e biomédicos” (Diniz; Brito, 2016).

E importa assim fazer, para não esquecermos que é preciso “[...] espiar por trás do anonimato de uma sociedade burocrática, para revelar os mecanismos usados por empresas distantes e indústrias [instituições] de grande escala para direcionar aspectos cotidianos das nossas vidas” (Nader, 2020, p. 7). É necessário entender, portanto, o processo recíproco que há entre a gaiola posta sobre Sebastião (e quem a colocou, seu nome e seu modo de agir) e a gaiola posta em quem assina o texto etnográfico de quem o pesquisa – que o impede de articular no espaço da verdade sobre o Outro, sobre isso. A gaiola pode ser posta sobre nós a qualquer momento, sabendo que é uma gaiola, seu nome, seus mecanismos e como e quem a opera, teremos, ao menos, a possibilidade de escapar dela.

Lembro, nesse momento, do belíssimo texto de Foucault (2003) chamado “A vida dos homens infames”, em que ele aponta para uma escolha metodológica interessante e que deveria nos ensinar algo. Foucault propõe, nesse texto, uma “antologia de existências”, em que as “[...] vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desditas e aventuras sem número, recolhidas numa mão-cheia de palavras. Vidas breves, achadas a esmo em livros e documentos. [...] não sei por que acasos tornadas estranhos poemas. [...] [são recolhidas] numa espécie de herbário” (Foucault, 2003, p. 203).

Esse herbário diz de existências reais e, existências reais, vivem também em relação. Por isso que Foucault refaz, nesse texto, a metáfora da guerra ao dizer sobre as vidas que estão narradas nos documentos do arquivo que pesquisou para “[...] que fossem uma peça da dramaturgia do real, que constituíssem o

7 Utilizo aqui a noção de performatividade me afiliando a Butler (2003), como o elemento que aponta para o vazio das categorias identitárias, na medida em que se fiam na reprodução sistemática de uma prática, num certo dizer criador-gerador, ou seja, o que chamamos de identidade, a partir da natureza, é a identidade a partir do que chamamos. Então, por certo, a autoridade que o poder jurídico-psiquiátrico coloca à disposição do médico e do juiz é também a possibilidade de dizer um sujeito enquanto sujeito (e todos que escapam a essa definição, enquanto não sujeitos). O direito, a psiquiatria e outros saberes, longe de suas fantasias, não resgatam um sujeito de direitos ou um normal preexistentes (um sujeito de forma ideal), as normas, mas na medida em que a norma é criada, cria, no vazio da violência da experiência reiterada, os sujeitos a que se refere.

instrumento de uma vingança, a arma de um ódio, um episódio de uma batalha, a gesticulação do desespero ou do ciúme, uma súplica ou uma ordem” (Foucault, 2003, p. 205), ou seja, as põe em relação.

Por isso que nomear – o sujeito que exerce o poder de dizer o sujeito institucionalizado – tem um impacto real no fazer político da ciência, silenciar quanto a isso é tornar número, o que é corpo localizado. Em uma batalha, não tem como se prescindir de inimigos: dizer quais são contribui para que a “arma de um ódio” não seja direcionada a esmo e atinja corpos alheios a relação agônica.

Tomar esses sujeitos narradores como massa amorfa, ou como mais um número da burocracia institucional é fazer ciência sem perigo e sem objetividade. É preciso nomear para que quando Preciado (2021, p. 4) diga “Eu sou o monstro que vos fala. O monstro que vocês construíram com seus discursos e suas práticas clínicas. Eu sou o monstro que se levanta do divã e fala, não como paciente, mas como cidadão, como seu monstruoso igual”, a gente saiba exatamente a quem ele se refere, não só ao metafísico arquivo do pesquisador e aos documentos que o constitui, mas também as práticas político-epistemológicas do psicanalista, do psiquiatra e do juiz em relação.

Estamos, ao silenciarmos sobre os sujeitos de enunciação, contribuindo para a criação de mais monstros e negando, a Sebastião, a alegria da visibilidade da nomeação, porque esperamos dele as respostas para nossa própria ignorância, mas ele não é o antropólogo, sociólogo e cientista social, esse papel é nosso. Somos nós que assinamos nossas monografias, artigos, teses e dissertações. Nós que devemos criar meios de lidar com essa necessidade de nomeação dos “de cima”, mantendo-se a responsabilidade constante de jamais se recorrer a gaiolas.

Além disso, exigir de Sebastião ou Zefinha a percepção que nós devemos ter é impedirmos uma descrição densa (Geertz, 2008) dos conteúdos significantes do arquivo, pois falamos da produção do saber-poder das instituições e seus documentos, aludindo a seus autores apenas enquanto partes de um todo (in) coerente e não como criadores, anunciadores e profetas dessa (in)coerência, responsáveis pela manutenção de sua organicidade e de seu funcionamento. Só há estrutura porque há quem a articule⁸.

8 Nesse sentido, os ganhos também existem na forma que avaliamos a linguagem específica empregada nos escritos dos narradores de cada campo/articulação de saber-poder, os narradores jurídicos, com o juridiquês, por exemplo, como evidencia Mendes (2024, grifo nosso), ao dizer que “[...] o juridiquês não é só um jeito ridículo de se expressar e um manancial para a chacota. Além do estético, o juridiquês opera um efeito político e moral. O ornamento se torna meio para exercer autoridade, a carteirada estilística opera a exclusão, a exibição de credenciais sabichonas impõe hierarquia e desigualdade. O detentor de prerrogativas *te olha de cima*”. Sendo assim, Mendes (2024) faz o que Hull (2012) aponta como *olhar para* o documento, ao invés de *através do* documento, o que possibilita identificar a linguagem própria dos narradores do campo e por que ela é articulada como é articulada.

Como bem diz Goffman (2019, p. 19), ao descrever a rotina de uma instituição total, “[...] os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados”. Exigir de Sebastião ou Zefinha a percepção que deveria ser nossa é, portanto, nos colocarmos na perspectiva da equipe dirigente, melhor dizendo, é assumirmos para nós a perspectiva da equipe dirigente como a verdade dela mesma – enquanto “superiores e corretos” e a verdade dos que ela considera “inferiores, fracos, censuráveis e culpados”.

Temo, assim como Lima Barreto, que, se não fizermos a crítica, no caso das pesquisas que envolvem o saber médico – exemplo primeiro que trouxe como foco do meu incômodo –, faça com que reproduzamos “[...] a ciência livresca que [os saberes médicos] seguem, avessa à ideia mesma de enigma, não lhes permita ter dúvidas, nem lhes faça ver pessoas, mas apenas casos exemplares devidamente catalogados e passíveis das terapias reificadas nos manuais de psiquiatria” (Bosi, 2017, p. 22).

Nesse sentido, temos muito a aprender com o autor de Policarpo Quaresma – sobrevivente de manicômios, e com a capacidade do fazer literário, como aludido por Foucault (2003) – de ser esse elo de luta política, na metáfora da guerra, que permita uma avaliação crítica contundente dos sujeitos institucionalizados: internos e internadores⁹.

Com o exemplo de Lima Barreto, me parece que devemos emular a primeira pessoa da escrita do institucionalizado, não porque vivemos a mesma experiência, mas mais precisamente por que vivemos uma outra experiência de institucionalização que nos marca, a experiência do pesquisador ligado a uma determinada universidade, linha de pesquisa, movimento epistêmico e afins que também moldam a nossa subjetividade no momento chave de encontro com outras experiências, mais violentas ou não, de subalternidade.

O olhar em primeira pessoa é a denúncia ativa do que encontramos e passa por um reconhecimento do lugar de precariedade comum entre pesquisadores e pesquisados. O sentido do que falo é a confluência e a escrevivência, confluência enquanto energia de compartilhamento, reconhecimento e respeito,

9 Assim, Lima Barreto descreve um dos médicos que faz parte da instituição que estava internado, ao dizer seu nome (Henrique Roxo), diz que “Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério – que mistério! – que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza” (Barreto, 2017, p. 35). Aqui, Lima Barreto demonstra a importância do olhar crítico e ativo – perfilação – diante dos representantes da instituição que denuncia como há um saber-fazer de manual e colonial da branquitude médica que despreza a vida.

como diz Bispo (2023, p. 9), “[...] um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece”.

E a *escrevivência*, enquanto o momento que vem após a confluência, ou seja, o momento de registro das experiências coletivas em um Eu que escreve a partir da multiplicidade de quem está inserido no mundo, refaz a memória e a experiência dos que vieram antes, é a noção de ancestralidade encarnando na palavra escrita, como diz Evaristo (2006, p. 12), que “[...] na base, no fundamento da narrativa de Becos está uma vivência, que foi minha e dos meus. Escrever Becos foi perseguir uma *escrevivência*. Por isso também busco a primeira narração, a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha”.

Sejamos menos testemunhas, portanto, *escrevivência* e confluência é permitir que sintamos e misturemos, ao lado do delírio do louco descrito nos documentos assinados pelo psiquiatra¹⁰, o nosso delírio. Em que isso implica também, no que diz Clarice Lispector, na crônica “Mineirinho”¹¹, a partir de que tiro e de que violação desses sujeitos, esses sujeitos passam também a ser você? A ser a nós mesmos?

BABEL É AQUI: NÃO É MINHA RESPONSABILIDADE FAZER O TRABALHO ALHEIO

Por isso que me assumo aqui: sou negro. E sou pesquisador. Um negro pesquisador que já foi pesquisado: este texto é minha forma de dizer, pensando em Fanon (2020), que eu não sou seu negro¹². Então, não sou o marginalizado nomeado pelo poder. Não sou o monstro que narram de mim. Apesar de que quando me nomeiam “monstro”, eu uso essa categoria para dizer: eu falo. Relembro que ainda sonho em ser humano. Resisto. Penso. Todo dia crio a mim mesmo.

10 Fazer como Roberto Piva e Alcir Pécora (2023) e entender que é preciso trazer o delírio figurativo – a força do fazer poético, literário – para a Teoria do Conhecimento.

11 “[...] Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro. Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais. [...]” (Lispector, 2016, p. 219).

12 Não sou seu artefato etnográfico, não sou seu objeto, não sou seu sujeito, isso é, mesmo que chamem meu nome, se não assumem, mesmo que inventem e criem o meu olhar, é o mesmo que repetir o saber do poder que me chama de Nada. É preciso recriar a experiência. “Insinuo, apenas, que a literatura marcada por uma *escrevivência* pode con(fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora” (Evaristo, 2006, p. 13). Sou, portanto, um *escrevivente*.

Acho importante trazer esse ponto, pois lembrando aqui do debate entre Chomsky e Foucault (2006) sobre justiça e natureza humana, em que Foucault irá nos dizer como é um movimento necessário ao trabalho científico – da ação de pesquisa do pensador – de desvelar o ordinário do exercício de poder – na produção discursiva dos dispositivos biopolíticos – das instituições que consideramos menos óbvias: as universidades e as escolas.

Por isso que me pergunto como é o processo que o pesquisador, diante do que pesquisa, consegue comunicar uma experiência, sem dimensionar a não essencialidade das categorias que ali descreve? O que quero dizer é: por que considerar, como faz Diniz (2015), o nome de Zefinha resistência à invisibilidade? Se o exercício da sua escrita acadêmica não desloca também o olhar ao nome de quem diz “eis aí Zefinha (Josefa da Silva), a louca mais antiga do Brasil”? Quem é o monstro?

Acho que um olhar mais focado no laudo e o que ele significa no dizer da loucura, responde um pouco essas perguntas. Como bem diz Diniz e Brito (2016, p. 1), “O laudo psiquiátrico é a peça-chave para o dobramento médico-penal na loucura criminoso”. Durante todo o artigo se fala a favor de Zefinha (com o arquivo), entendo que a noção antropológica exige a fala do etnografado como a mais preponderante de aparecer no conteúdo, para não se cometer uma injustiça epistêmica, mas argumento que é necessário falar contra Zefinha também¹³ (contra o arquivo), visto que Zefinha – por todas as violações que passou – está marcada pelo discurso que a diz como é e pela resistência a esse dizer que a define, como aponta Diniz e Brito (2016, p. 4), “O laudo é a escrita do exame que realiza a loucura de Zefinha para o Poder Judiciário, mas também que a singulariza na resistência à disciplina hospitalar”.

Quem exerce essa disciplina? Como a exerce? Em que medida essa disciplina deixa sobrar um conteúdo que pode ser chamado de Zefinha? O que a disciplina representa para quem a exerce? Como a disciplina cria a quem ela exerce? Como o espaço institucional/hospitalar é constituído pelos seus sujeitos? Em que medida os sujeitos estão alienados do espaço e, em que medida, os sujeitos estão incorporados ao espaço? Quais são os sujeitos que podem se dizer espaço? E quem não tem espaço? E as outras formas de vida? As convivências com animais? Há animais no espaço?

Dizer que Zefinha está internada para além do tempo legal e que “[...] não é o crime tampouco a doença o que justifica a longa permanência, mas os segredos do perigo desvendados pelo laudo psiquiátrico” (Diniz; Brito, 2016, p. 5),

13 Contra aqui no sentido de não sempre trazer a voz dela enquanto central e não contra no sentido de rejeitar o conteúdo de sua fala, pelo contrário, localizá-la entre os conteúdos do “Doutor Juízo”, o que dela sobra – quem é ela? O que são esses fragmentos que formam Zefinha?

é aceitar a verdade montada pela justiça, na ânsia da descrição, desarticulada da crítica que esvazia os sentidos impostos, se toma por verdade da vida de Zefinha, a verdade da justiça e da ideologia da defesa social – não é mesmo os segredos do perigo que vem descrito no arquivo que as pesquisadoras se referem como a realidade, mas é o desprezo pela vida vivida as margens do poder, as articulações econômicas e afetivas que fazem com que o Estado, através de seu aparelho jurídico, suma com essa mulher (a sequestre na instituição) e que permitam a longa permanência, melhor dizendo, que fazem da longa permanência possível: já que ela – para todos os que estão vivendo – não existe nesse mesmo mundo. Não é Zefinha que depende gramaticalmente do perigo e seus segredos para existir, mas é o perigo e seus segredos que possuem essa dependência, que se mostram vazios diante da existência de uma vida que ainda diz “Eu não sou presa do juízo, não”.

Faltou uma perfilação da tradição da Torre de Babel¹⁴ da branquitude que configura esses sujeitos narradores, ou seja, dizer quem são. Com esse perfil em mãos, ficaria mais nítido ainda como ações discursivas criadoras de realidades são postas como naturalizadas, ao ponto de as pesquisadoras acharem que aquela é a realidade em si mesma. E assim procederam porque querem trazer a voz e as experiências de Zefinha, mas não emulam em si mesmas o olhar dessa experiência, o ponto de vista da precariedade, sempre se escreve ao passo, a margem de quem está à margem do poder. “O mesmo psiquiatra que acolheu Zefinha 30 anos antes é quem agora a descreve como uma mulher esquecida e dependente” (Diniz; Brito, 2016, p. 14) e assim é por quê?

Esquecem da performatividade das ações do poder psiquiátrico e jurídico, como diz a pesquisadora Helena Vieira no *podcast* Razão Inadequada¹⁵, ainda que eu não tenha um transtorno, a existência do laudo me dizendo que tenho faz com que toda minha existência seja reorganizada em torno desse transtorno, pesquisa na internet as características e passo as ter, mesmo que do ponto de vista nosológico não as possua, da mesma forma um juiz, que mesmo que eu nada tenha feito, a qualquer momento, pode me prender e me dizer criminoso, pessoa com transtorno mental em conflito com a lei e etc., a sua palavra faz existir¹⁶ tanto a fantasia regada a medo da possibilidade do enclausuramento para uns,

14 “As tradições acadêmicas dão forma ao que consideramos digno de estudo, às questões que fazemos em nossas pesquisas e aos métodos que escolhemos, assim como aos mitos de nossas sociedades e ao público a que nos dirigimos. Quando escrevemos dentro de nossa própria tradição, produzimos textos para um interlocutor com quem partilhamos mais ou menos os mesmos pressupostos, códigos, ansiedades e perplexidades. Um público capaz de atribuir significado e completar os pontos silenciosos que permeia todos os textos” (Barbosa, 2024). Precisamos falar, então, às vezes, contra essa tradição. Ou melhor dizendo: criticando essa tradição.

15 Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=AvRN5-Sahw4>.

16 Ver Austin (1990).

quanto para outros – os marcados pela diferença – torna em realidade, com toda sua violência, o cárcere, como é o caso de Zefinha.

É por isso que é importante instaurar o contraponto de uma escrevivência, uma escrita da coletividade, de uma multiplicidade de existências (Evaristo, 2006), pois esta faz com que esse poder nomeador, que limita Zefinha, que me limita quando me pesquisa, não seja a escrita de si por si mesmo, mas que seja a escrita da confluência entre o Eu que pesquisa e o Outro pesquisado, já que também nos reconhecemos a partir do Outro (Goffman, 2014).

Assim, fica perceptível que a resposta ao poder totalizante de dizer que psiquiatras e juízes possuem na definição de um certo tipo de sujeito, de um Eu violentado pelo exercício de poder da instituição total (Goffman, 2019) como vimos em Zefinha, mas que não se limita a ela, está em invertemos a lógica de sentido, passemos a não mais aceitar pura e simplesmente o dito, mas antes aprendamos a dizer quem se arvora a dizer. A nomear os nomeadores.

Façamos um herbário dessas experiências, como nos diz Foucault, jamais aceitando a voz do poder como voz da verdade do que pesquisamos, como demonstrado por Goffman (2019) nas suas investigações etnográficas em instituições totais. Que possamos antes, confluindo e escrevivendo com os “de baixo”, olhar “para cima”, fazendo da crítica dos “de cima” o pressuposto das nossas descrições, das nossas escrevivências. Como diz minha mãe: “desconfie do doutor”, e eu acrescento: sempre que possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS LIMITES DO QUE PROPONHO

Vou trazer agora algumas considerações sobre o que acabo de dizer, no sentido de fazer um exercício de extrapolar minha argumentação, visualizando seus limites e assim poder trazer outras dúvidas que possam ser postas em debate no fazer (a importância de narrar os narradores) que até aqui foi proposto. Meus questionamentos se centrarão em dois eixos, o primeiro ficará sendo: por que devemos “olhar para cima”? O segundo: qual é o limite material da relação entre pesquisador e pesquisado “de cima” na constituição do arquivo de pesquisa em ciências sociais?

POR QUE DEVEMOS “OLHAR PARA CIMA”?

Basicamente, esse trecho das considerações é uma referência ao artigo “Pra cima, Antropólogos” de Laura Nader (2020). Logo nas primeiras páginas do

texto, Nader irá dizer que os estudantes de Antropologia, aqui extrapolado para todas as ciências sociais, “[...] estão indignados com muitos problemas que afetam o futuro do *Homo sapiens*, mas eles estão estudando problemas sobre os quais não têm ‘sentimentos’” (Nader, 2020, p. 4).

Ela adiciona, então, ainda uma camada importante ao que eu vinha dizendo até agora e que não me atentei detidamente: a questão dos sentimentos na produção do conhecimento e o tornar desses sentimentos em um tabu que faz do pensamento, uma produção definhante. Isso fica claro na resistência, como descrevi na primeira seção, de refazer a experiência a partir do ponto de vista de quem pesquisamos, pois proceder dessa forma: olhar para os “de cima” com olhos da experiência do “de baixo” só seria possível se quem pesquisa estiver disposto a sentir como os “de baixo”.

Não adianta nada eu me identificar com o poder. Foucault (2021) diz que o poder se exerce, visto que o poder não é passível de ser monopolizado, mas antes se espalha, ou seja, todos exercem poder. Porém, se identificar com o poder é uma determinada escolha que fazemos ao produzir o conhecimento sobre o que pesquisamos. O olhar de pesquisa – descontextualizado dos sentimentos, da fúria que provoca a vontade transformativa daquelas dinâmicas, que vê o fazer de pesquisa como um movimento normativo – posto naquele que está na precariedade da relação de poder é um olhar que se identifica com o poder.

Por isso, repenso com Nader (2020, p. 8) e pergunto: “[...] e se, ao reinventar a antropologia [as ciências sociais], os antropólogos estudassem os colonizadores em vez dos colonizados, a cultura do poder e em vez da cultura do impotente, a cultura da influência e não aquela cultura da pobreza?”. E indo além: e se os cientistas sociais estudassem os colonizadores e os colonizados, a cultura do poder e a cultura do impotente, a cultura da influência e a cultura da pobreza? Por que “olhar pra os de cima” implica um esquecer dos “de baixo”?¹⁷

Estudar e pesquisar os que estão nas posições de mais poder na sociedade, contextualiza melhor a nossa visão dos que estão nas posições de precariedade e subalternidade. Esses procedimentos começam na nomeação desses sujeitos invisíveis. E, com isso, é possível contextualizar como a influência desses de mais poder constitui as condições de movimentação mesma dos que habitam as posições mais subalternas: como e para quem as cidades são construídas? Por que só há uma linha de ônibus no bairro mais densamente populado?

¹⁷ Complementa Nader (2020, p. 10), “[...] se a antropologia fosse reinventada para estudar os de cima, cedo ou tarde precisaríamos estudar os de baixo também. Não estamos lidando com uma proposta que exclui outras opções; precisamos simplesmente perceber quando é útil ou crucial, em termos do problema, ampliar o domínio do estudo para cima, para baixo ou para os lados”.

Por que os locais de lazer ficam no centro? O que é um centro? Como a cidade convive com instituições como presídios, manicômios e hospitais?

Isso tudo é ativado só pensando em metáforas de arquitetura e relações de poder envolvendo o espaço urbano – entendendo as instituições não como ilhas, mas como campos sociais –, por isso que, quando nosso olhar está preocupado também com os de cima, não descreve os de baixo descontextualizados da dominação e opressão dos seus inimigos de classe, os burgueses, os de cima.

Por isso, concordando novamente com Nader (2020, p. 9), entendemos que “[...] as consequências de não se estudar os de cima tanto quanto os de baixo são sérias em termos de desenvolvimento de teorias e descrições adequadas. Se o ponto de articulação de alguém se encontra ao redor daqueles que têm responsabilidade em virtude do poder que lhes é delegado, então as questões mudam”.

Para realizar esse objetivo de narrar também os narradores, os de cima, há a necessidade de se adotar, pelos cientistas sociais, uma maneira complexa de articular essas relações, por isso, uma abordagem metodologicamente interdisciplinar, não preocupada tanto com nano-disputas epistêmicas, se faz necessária. Voltamos aqui ao que eu disse da emulação do olhar em primeira pessoa que contém multitudes, da escrevivência como procedimento metodológico, do trabalho literário da não ficção e ficção como vemos nos textos-relatos dos que viveram e vivem a precariedade de violações de direitos e outras situações que implicam esse olhar questionador dos de cima, dos responsáveis por sua miséria e por seu infortúnio, ou dos que são capazes de imaginar.

QUAL É O LIMITE MATERIAL DA RELAÇÃO ENTRE PESQUISADOR E PESQUISADO “DE CIMA” NA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS?

Bom, chegamos até aqui. Acho importante fazer o exercício de imaginar alguns empecilhos diante do que propus. Empecilhos bem materiais, diga-se de passagem. Acho que um primeiro ponto importante é que quando olhamos para os de cima. Narramos os narradores. Dizemos quem diz. Nos colocamos numa posição de fragilidade e vulnerabilidade, na medida em que os acessos aos nossos materiais (o arquivo e o campo), geralmente, permeiam a negociação com esses elementos hierárquicos em posição de superioridade, perante o pesquisador.

Dessa forma, ir para além da mera descrição, nomear quem nomeia, caminhando para uma descrição densa, balizada por esse olhar literário de quem relata em condição comum de precariedade com o precarizado estudado, será uma dificuldade a ser enfrentada para quem assim deseja proceder. Não tenho

soluções para esse problema. Acho que as respostas a essas negociações devem ser ajustadas no tempo em que o negócio – as definições dos fazeres de pesquisa – está sendo proposto, estabelecido e balizado.

Há pesquisas¹⁸ que já tematizam os sujeitos que exercem esse poder dentro das instituições – ainda que algumas não os nomeiem –, elaboram a performance da identidade desses nomeadores do campo. Geralmente pesquisas relacionadas ao campo das representações e da etnografia em e com documentos já fazem esse papel. Acho que um caminho é incorporar o desenvolver dessas pesquisas – em torno das identidades profissionais, da burocracia e das instituições de Estado e seus documentos – para alargar a compreensão dessa identidade profissional como uma identidade dos que exercem o poder nomeador/narrador. Por que há profissões que tem esse fazer deificado? Por que o discurso emitido, através de documentos burocráticos de Estado, por esses indivíduos tem o efeito de dobrar a realidade, criando o objeto da relação de saber-poder?

O que não dá é agradecer os “de baixo” e, no mesmo fôlego, agradecer os “de cima”, como faz Costa (2015) em seus agradecimentos. Há uma imprecisão metodológica nisso. Mas que nos diz algo interessante. Pois até o “erro” do pesquisador, principalmente o “erro”, informa, produz conhecimento também. Essa imprecisão de agradecimento ao mesmo tempo à “vítima” e ao “algoz” nos diz de uma relação de identificação entre a pesquisadora e o sujeito “de cima” da instituição que permite a realização, ou melhor dizendo, visto que não há como impedir, mas que facilita, não torna a pesquisa um movimento de sofrimento total, pelo menos na parte que compete a burocracia dos procedimentos de acesso, entrevistas e observações. Ao mesmo tempo que também pode dizer de uma precariedade das identificações entre a vítima e o algoz. Uma mistura dessas alcunhas. Dessas identidades. Mas como?

Como é possível, então, agradecer o sujeito precarizado e o responsável pela precarização, no mesmo lugar textual? Em uma parte do texto acadêmico, tão importante quanto o seu corpo, na medida em que revela a humanidade de quem escreve, as relações que estabeleceu para construir o corpo de sua pesquisa e os seus interlocutores extratexto e intratexto, portanto, como é possível? São perguntas que não sou capaz de responder. Será pela falta de perfilação da identidade nomeadora? Da ausência de preocupação (sentimentos) e de se espantar com o olhar que exotiza? Que elitiza? Que define na mesma medida que oprime?

18 Aquilino (2020), Ferruci (2003), Tannuss (2017) etc. Cito essas três enquanto exemplos, mas o mar que navegam esses fazeres é quase infinito, há possibilidades por aí. O campo das etnografias com e em documentos também apresenta uma infinidade de possibilidades (Ferreira, 2015; Hull, 2012; Muzzopappa; Villalta, 2011).

De que adianta eu saber que eu sou o monstro que vos fala, se quem disse que eu sou monstro não pode ser identificado? De que adianta o subalterno poder falar, se não sei quem interditou a fala do subalterno? De que adianta lutar por este mundo, se não faço a menor ideia de quem o impede de ser como desejamos – mais justo, mais alegre, mais possível?

Reforço, então, mais uma vez, o argumento central deste texto: é preciso nomear, não apenas os subalternos invisibilizados pelo poder, mas também aqueles que se tornam invisíveis ao visualizarmos os invisibilizados pelo poder, ou seja, os que “de cima” narram os “de baixo”. Portanto, se estão dizendo “de cima” a nós, escrevíveis de uma realidade subalterna, é olhando para cima, pesquisadores subalternos, que é preciso começar a instaurar os nossos sentidos éticos, políticos e epistemológicos olhando para cima.

REFERÊNCIAS

- AQUILINO, J. B. *Percepção dos Profissionais da Saúde Mental Sobre a Psicopatia*. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 9 set. 2023.
- BOSI, A. O cemitério dos vivos: testemunho e ficção. In: BARRETO, L. *Diário do Hospício e O cemitério dos vivos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BARRETO, L. *Diário do Hospício e O cemitério dos vivos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BISPO, A. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.
- BARBOSA, C. F. Latidos. *História da Ditadura*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/latidos>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. *The Chomsky-Foucault debate: on human nature*. Nova York: New Press, 2006.
- COSTA, E. W. K. A. da. *A falência da Medida de Segurança: da exclusão à alteridade*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

- DINIZ, D. Ela, Zefinha – o nome do abandono. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2667-2674, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GCTXzXvwYLMQBvsnS43MnRQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- DINIZ, D.; BRITO, L. “Eu não sou presa de juízo, não”: Zefinha, a louca perigosa mais antiga do Brasil. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 23, n. 1, p. 113-130, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/YchCDPPqfZFgj9m9kkgBpbd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- EVARISTO, C. *Becos da Memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. São Paulo: Ubu, 2020.
- FERREIRA, L. Encontros etnográficos com documentos burocráticos: estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. *Etnografias Contemporâneas*, Buenos Aires, v. 8, n. 15, p. 162-185, 2022. Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1220>. Acesso em: 1 set. 2023.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos & escritos, 1).
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- GOFFMAN, E. *Representação do Eu na vida cotidiana*. Tradução: Maria Célia Santos Raposos. São Paulo: Vozes, 2014. (Sociologia).
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 set. 2023.
- HULL, M. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, Califórnia, v. 41, p. 251-267, 2012. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.012809.104953>. Acesso em: 1 set. 2023.
- HURSTON, Z. N. O que os editores brancos não publicarão (Tradução)/Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais (Texto de apresentação - Messias Basques). *Ayé: Revista de Antropologia, Acarape*, v. 1, n. 1, p. 102-111, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/288>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- LISPECTOR, C. *Todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MENDES, C. H. Juridiquês, a doença infantil do bacharelismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner->

mendes/2024/01/juridiques-a-doenca-infantil-do-bacharelismo.shtml. Acesso em: 10 mar. 2024.

MILLS, C. W. Ignorância Branca. *Griot: Revista de Filosofia, Amargosa*, v. 17, n. 1, p. 413-438, jun. 2018. Tradução: Breno Santos.

MUZZOPAPPA, E.; VILLALTA, C. Los Documentos Como Campo. Reflexiones Teórico-Metodológicas Sobre Un Enfoque Etnográfico De Archivos Y Documentos Estatales. *Revista Colombiana de Antropología*, Bogotá, v. 47, n. 1, p. 13-42, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO486-65252011000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 fev. 2023.

NADER, L. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 49, p. 328-356, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufr.br/antropolitica/article/view/44427>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. P. de. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Desafios da Antropologia brasileira*. Brasília, DF: Ed. ABA, 2013. p. 47-74.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

PERRUCCI, A. F. de A. *Tirantias da Identidade: profissão e crise identitária entre psiquiatras*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

PIVA, R.; PÉCORRA, A. (org.). *Morda meu coração na esquina: poesia reunida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução: Sara Wagner York. *Cadernos PET Filosofia*, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 278-331, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/88248>. Acesso em: 20 set. 2023.

TANNUSS, R. W. *Política criminal e sistema prisional: a atuação dos psicólogos nas prisões paraibanas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.